

IMPRESSÕES DE UM ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA SOBRE SUA INCLUSÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – CAMPUS CIDADE UNIVERSITÁRIA DOM DELGADO

Julyana Christine Cunha Souza (1)

Universidade Estadual do Maranhão

juucsouza@hotmail.com

priscila.sousa.barbosa@hotmail.com

Resumo: Este artigo é fruto do recorte de um trabalho monográfico contemplando a parte teórica sobre a perspectiva de inclusão de alunos com transtorno do espectro autista na universidade, além do fragmento dos resultados, análises e discussões no qual destacou-se a entrevista do aluno com transtorno do espectro autista da Universidade Federal do Maranhão. Mediante alguns questionamentos, apoiou-se na Lei n° 12.764/12, a Lei do Transtorno do Espectro Autista (TEA), a Lei Brasileira de Inclusão, Lei n.º 13.146/15, entre outras, além de estudos de Assumpção Júnior e Kuczynski (2015), Brasil (2008a, 2012, 2015), Costa (2013), Cunha (2015), DSM 5 (ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA, 2014), Kanner (1944), Mazzota (1982), Minetto (2008), Sasaki (1997). A pesquisa teve abordagem qualitativa de caráter exploratório, em que se propôs conhecer o processo de inclusão de pessoas com esse transtorno do neurodesenvolvimento a partir das práticas do Núcleo de Acessibilidade (Nuaces) e entrevistas semiestruturada com a diretora do núcleo, com um aluno da universidade diagnosticado com TEA, sua mãe e um de seus ex-professores. Na coleta de dados foi possível explorar assuntos pertinentes como questões familiares, sociais, afetivas, qualificação e o papel do professor. Como resultados, perceberam-se fragilidades no processo de inclusão de alunos com TEA na Universidade Federal do Maranhão, que apesar de grande incidência no Brasil de casos, na Universidade pesquisada pode-se mapear apenas um aluno com laudo médico, e o processo de inclusão deste se apresentou ainda fragmentado. Evidenciou-se que apesar de ser minoria nas instituições de ensino, existe sim, a possibilidade das pessoas com deficiência ter acesso e permanência no ensino superior. Porém, as barreiras atitudinais e organizacionais podem resultar em um atendimento que não responda as expectativas dos alunos.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista, Ensino superior, Educação Especial e Inclusiva.

INTRODUÇÃO

Sabe-se que a inclusão escolar sem dúvida é um processo que vem sendo organizado em todos os espaços escolares e tem sido o centro de discussão dos grandes debates dos estudiosos da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008).

Estas discussões, prioritariamente desenvolvidas na educação básica tem possibilitado ao aluno com deficiência uma maior participação social e educacional, mas e quando esse aluno conclui a educação básica, como ele vem sendo recebido no ensino superior? Sabe-se que a Lei n.º 13.146/15, a chamada Lei da Inclusão Escolar abriu um maior ponto para essa discussão, mas chama-nos atenção ao atendimento a um grupo específico, o de alunos com transtorno do espectro autista no ensino superior.

Tendo conhecimento de alguns alunos na graduação nas universidades públicas em São Luís, o interesse de conhecer enfrentamentos destes alunos se tornou mais profundo, principalmente por acreditar que pesquisas com este tema em questão são importantes, tendo em vista que o autismo hoje atinge mais de dois milhões de brasileiros e cerca de 60 mil maranhenses, afetando sua interação social e comunicação verbal e não verbal, trazendo comprometimentos para sua vida pessoal e social. Considerou-se assim então relevante conhecer como ocorre a inclusão destes alunos no ensino superior, além de refletir-se sobre a qualidade no ensino e a permanência.

Neste sentido, faz-se necessário explicitar que o artigo é um recorte de um trabalho monográfico da parte teórica sobre a perspectiva da inclusão de alunos com transtorno do espectro autista na universidade, além do fragmento dos resultados, análises e discussões no qual destacou-se a entrevista do aluno com TEA da Universidade Federal do Maranhão – Campus Cidade Universitária Dom Delgado. Neste momento os questionamentos da entrevista foram dispensados, tendo relevância apenas as repostas do sujeito da pesquisa e análise das mesmas.

Com a pesquisa monográfica buscou-se como objetivo geral: verificar como tem se dado o processo de inclusão de um aluno com transtorno do espectro autista no ensino superior na Universidade Federal do Maranhão e, com os objetivos específicos: mapear quantos alunos com TEA estão inclusos na Universidade Federal do Maranhão. Conhecer como tem se dado o processo de inclusão destes alunos. Refletir como tem se sucedido as relações de interação dos alunos com TEA na Universidade Federal do Maranhão. Investigar se a Universidade Federal do Maranhão têm promovido às

adequações curriculares necessárias para esse aluno com TEA. Refletir acerca das impressões das pessoas com TEA, quanto suas potencialidades e dificuldades em relação aos fatores cognitivos, psicomotores e sociais.

Enfim, vale salientar que se torna imprescindível está pesquisa sobre o tema em questão, por ser restrito o assunto na literatura, fazendo com que os estudos sobre essa área sejam formidáveis. Tendo em vista que esta investigação pretende ampliar o conhecimento sobre alunos que estão em nível de graduação e sua vida na sociedade, no meio acadêmico, mercado de trabalho e relações pessoais.

Entre as diversas políticas públicas implementadas especificamente para pessoas com deficiência tem-se a Política de Acessibilidade nas Instituições Federais de Educação Superior (IES), que contempla o Programa Incluir – Acessibilidade na Educação superior. Essa política tem como desígnio assegurar o direito da pessoa com deficiência à educação superior, viabilizando ações de acessibilidade nas instituições federais de ensino por meio de aporte contínuo de recursos orçamentários (BRASIL, 2013).

O Programa Incluir e as demais prescrições legais referentes à acessibilidade ao ensino para as pessoas com deficiência e os conceitos de inclusão escolar constituem base para o questionamento e reflexão no ambiente acadêmico sobre o cotidiano desse aluno (BRASIL, 2013).

A Universidade Federal do Maranhão também foi umas das Instituições de Ensino Superior (IES) que aderiram ao Programa Incluir para poder receber as pessoas com deficiência como funcionários, alunos e visitantes. Nesta perspectiva, foi necessária a criação do Núcleo de Acessibilidade, que presta suporte as pessoas com deficiência.

A Educação Especial foi vista e definida, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96, com o intuito de uma educação escolar que permeie todas as etapas e níveis de ensino. Embora se lute por essa inclusão através de leis, é necessário que se tenha uma mudança nas escolas e universidades, campo esse que é responsável por gerar conhecimento científico, para formar cidadãos. Devem ser elaboradas práticas que ultrapasse as barreiras do acesso até a permanência desse aluno, pois a inclusão se dá no direito à educação para todos.

Sobre a educação inclusiva, Bueno (2001, p. 27) salienta que “a inclusão concreta deve servir de base para a superação de toda e qualquer dificuldade que se interponha à construção de uma escola única e democrática.”

Nessa perspectiva Sasaki (1997, p. 17), leva em consideração que a educação inclusiva está relacionada com a busca pela cidadania dos indivíduos: “celebração das diferenças, direito de pertencer, cidadania com qualidade de vida, valorização da diversidade humana, solidariedade humanitária, igual importância das minorias”.

Apesar de se existir leis desde 1988, é somente a partir da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que as instituições de nível superior começam a discutir questões sobre a inclusão de alunos com deficiência em instituições de ensino. Porém, somente na Portaria nº 3.284/03, que serão tratados os requisitos de acessibilidade de pessoas com deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições, considerando a necessidade de assegurar as pessoas com deficiência física e sensorial condições básicas de acesso ao ensino superior, de mobilidade e de utilização de equipamentos e instalações das instituições de ensino (BRASIL, 2003).

Entende-se que a universidade tem um papel social importante, e não pode ser indiferente à realidade mundial, é de extrema necessidade que se tenha um processo educacional democrático. Com isso, somente as normas, não irão suprir a demanda, é preciso um investimento na qualificação dos professores, além de investimento, em especial nas universidades públicas.

Porém, no espaço da universidade e em toda a sociedade brasileira, ainda se observa práticas excludentes e barreiras atitudinais, onde se exige um padrão para a sociedade. Ainda se tem a necessidade de impedir o foco nas diferenças. Sendo imprescindível sustentar a visão de igualdade, no sentido da diversidade, onde ninguém é igual, não se tem comparação, todos os seres humanos são diferentes em algum aspecto seja físico ou intelectual.

METODOLOGIA

Discorreu-se ao longo do processo metodológico ressaltar a natureza do projeto, o método utilizado e o tipo de pesquisa. Foi necessário uma trajetória apoiada no método científico onde perpassa por várias etapas que devem ser cumpridas minuciosamente com o propósito de alcançar resultados confiáveis. E a escolha correta da trajetória é um passo de suma importância para que se construa um trabalho de maneira a obter os resultados esperados, a fim de que todo o seu percurso comprove a eficácia da metodologia.

Para desenvolvimento da pesquisa optou-se por estudo de caso, levantando dados referente sobre a pessoa com autismo na universidade. Dessa forma, o estudo de caso segundo Gil (2002, p. 54) “costuma ser utilizado tanto como estudo-piloto para esclarecimento do campo da pesquisa em seus múltiplos aspectos quanto para a descrição de síndromes raras. Seus resultados, de modo geral, são apresentados em aberto, ou seja, na condição de hipóteses, não de conclusões”.

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir de uma perspectiva exploratória descritiva com abordagem qualitativa e tem buscado como afirma Gil (2002, p. 41) “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses”, pois este tipo de pesquisa tem como finalidade o “aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos ao fato estudado”.

Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e análise de exemplos que “estimulem a compreensão” (SELLTIZ et al., 1967).

A análise qualitativa foi à preferência deste trabalho por inquirir um fato que não deve ser quantificado. Esse tipo de análise trabalha com o mundo de definições, valores, religiões e maneiras, satisfazendo a um ambiente mais intenso das relações, das metodologias e dos acontecimentos aos quais não podem ser diminuídos à maneira de operar mutáveis.

Como sujeito participante contou-se com a aplicação de entrevista semiestruturada com um aluno da UFMA do curso de História com diagnóstico de TEA antecipada por Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) e se deu na residência do sujeito pesquisado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O bloco de entrevista semiestruturada com o aluno do curso de História da Universidade Federal do Maranhão, nascido no dia 15 de agosto de 1996, teve como foco a objetividade, visto que a pessoa com transtorno do espectro autista leva em consideração o sentido literal das palavras, tendo dificuldade de compreensão, pois para o autista compreender as relações com seu meio, o ponto de vista, as ideias, o contexto do que se diz ou do que se faz, precisa ter objetivo e função. A subjetividade se faz presente no transtorno, podendo dificultar na organização e clareza de informações (CUNHA, 2015).

A entrevista foi dividida em três blocos de questionamentos, primeiramente com a caracterização do sujeito da pesquisa, a interação social na universidade e quanto ao comportamento adaptativo. Pode-se colher alguns dados relevantes.

Constatou-se que o educando escolheu o curso de História ocasionalmente de acordo com a pontuação do Enem, e por ter algum interesse na época, entretanto como característica do autismo apresentou-se a aversão à rotina de estudos e o seu interesse diminuiu por essa área de conhecimento. Sobre isso Cunha (2015, p. 33) afirma que “[...] normalmente, a concentração para atividades pedagógicas é muito pequena. Mas, ainda que seja exíguo o momento em que o autista permanece concentrado, ele deve ser repetido dia após dia [...]”.

Percebe-se que seu interesse no momento da coleta de dados é o curso de Jornalismo, que infelizmente por questões financeiras será adiado, apesar de estar cursando aquilo que atualmente sente-se motivado, não se percebeu o seu olhar para o futuro, o aluno não mostrou construir o que pretende profissionalmente com esse curso, e a respeito Cunha (2015) diz que um mundo repleto de responsabilidade e surpresas pode ser desafiante e confuso para o autista.

Em um trecho da entrevista é interessante destacar a fala do entrevistado quando o mesmo reconhece que seguir uma rotina é extremamente difícil, contrapondo o que diz a literatura a respeito do autismo como sendo um transtorno que possui interesses em rotinas de forma que não consigam ceder a quebra delas. Assumpção Júnior e Kuczynski (2015, p. 173) “indicam tanto as dificuldades dessa população para aceitar as mudanças que alterem a rotina conhecida quanto o ritual de se manter atividades sempre em um mesmo cronograma.”

Observou-se ainda que o seu interesse por internet é restrito, relacionado mais com áreas da informação do que a comunicação. Percebe-se também uma confusão no seu discurso de qual carreira profissional seguir. Segundo Assumpção Júnior e Kuczynski (2015, p. 173) que: [...] quando se trata de autistas na faixa etária que corresponde à ‘adolescência’. Apesar de fisicamente grandes e com um ‘discurso adulto’ (estereotipado), descrevem o futuro como ‘algo mágico’ e incoerente com suas próprias dificuldades, e não demonstram preocupação com as direções que irão tomar na vida.

Rememorar o passado é difícil para o autista, constatou-se que o foco das suas respostas foram no presente, ele não relatou se frequentou alguma terapia ao longo da sua vida. Conforme afirma Assumpção Júnior e Kuczynski (2015) na prática clínica, pais e cuidadores demonstrem interesse pelo tema da temporalidade,

pela própria sensação de que o tempo, para seus filhos diagnosticados pelo espectro autista, não parece passar ou até não existir.

Sabe-se que existem algumas terapias comportamentais que melhoram a vida do indivíduo, é importante se ter em mente que as intervenções são diferentes de tratamento. Neste caso, perguntou-se a respeito da terapia, pois compreende-se que auxilia tanto no ambiente educacional, quanto na família, diminuindo atitudes que atrapalham o desenvolvimento à aprendizagem e interação social desse indivíduo, possibilitando autonomia à pessoa com autismo.

Neste momento da entrevista o sujeito da pesquisa lembra-se apenas das medicações tomadas no período em que foi diagnosticado erroneamente com hiperatividade. Entretanto nota-se que sobre a sua percepção da sua vida pessoal o entrevistado não possui autonomia e demonstra que a sua mãe sabe mais a respeito.

O aluno ressalta na entrevista a sua restrição a alguns alimentos, no momento da sua fala percebeu-se total repúdio por alguns alimentos. Atualmente, vários estudos já foram desenvolvidos sobre questões alimentares das pessoas com transtorno do espectro autista, porém ainda não há conclusões a respeito. Sabe-se que a alimentação é algo específico de cada indivíduo. Porém, para alguns autistas a alimentação gera desconforto, pois pode-se desenvolver uma seletividade alimentar.

Percebeu-se ainda, na fala do entrevistado que sua comunicação era um pouco fechada do que atualmente, e que sofria violência de forma verbal dos colegas na época de escola, e neste ponto da entrevista, mostrou-se bastante irritando quando isso acontecia, nota-se também na sua fala certa angústia em dizer que “o pessoal brincava com sua cara”. Entende-se que pessoas com autismo são mais vulneráveis a certos tipos de preconceitos, que sempre surgiram sob várias formas, até inconscientemente como afirma Chahini (2005, p. 57) “os desafios a serem transpostos para que ocorra o rompimento dos preconceitos e comportamentos sociais excludentes, que ainda estão amplamente presentes na prática de grande parte das pessoas, são enormes”.

Apesar de todos os percalços na sua vida escolar, compreendeu-se que a universidade foi uma porta para que acontecesse uma maior interação e comunicação, pois a pessoa com autismo possui um funcionamento de inteligência preservada e diferente, podendo melhorar seu desempenho intelectual no período acadêmico, entretanto é necessário se ter uma aceitação por parte das pessoas.

Sobre a participação da família nos assuntos da universidade, percebeu-se o quão é difícil a organização familiar frente à educação de qualquer indivíduo, seja ele com ou sem deficiência. Assumpção Júnior e Kuczynski (2015) dizem que a família pode criar recursos para enfrentar essa realidade adversa trabalhando construtivamente em seu grupo, fortificando-se para entender o social.

Notou-se que o aluno apesar de ter um comprometimento em seu desenvolvimento, consegue ter uma compreensão boa das informações na universidade, evidente que com seus limites, entretanto é uma possibilidade que a sociedade enxergue as potencialidades desses indivíduos com transtorno do espectro autista, não é porque possui uma limitação, que o docente irá se restringir, não acreditando acima de tudo, no potencial humano, pois como comenta Cunha (2015, p.100-101): “[...] não se inclui ninguém com uma pedagogia restritiva e em salas onde o professor interage consigo mesmo ou com o conteúdo de sua disciplina, enquanto os alunos dispersos e apáticos pesam durante as aulas em algo melhor para fazer”.

Durante a entrevista foi possível constatar a autonomia, o poder de decisão e posicionamento do aluno, frente a coisas corriqueiras do dia a dia, como escolher a lanchonete e se não tiver, procurar o que agrade-o, tendo em vista que para a pessoa autista é um ganho excelente. Como afirma Cunha (2015) para o aluno com autismo, o princípio, o que importa não é tanto a capacidade acadêmica, mas sim a aquisição de habilidades sociais e a autonomia.

Constata-se pela fala do entrevistado que a Universidade pública perto da Universidade particular demonstra-se restrita nos processos burocráticos, onde o acesso à Educação Superior se torna limitado, pois existem barreiras administrativas e assistenciais. Entretanto, entende-se que esse problema é visto em todas as instituições de ensino, que criam mecanismos para viabilizar o acesso desse aluno com deficiência, entretanto não se tem atitudes para a permanência dessa pessoa, visando um bom atendimento e apoio, o que acarreta no processo de exclusão.

De acordo com a Lei nº9.394/96, a educação especial é considerada como um conjunto de recursos educacionais e de estratégias de apoio que estejam à disposição de todos os alunos, oferecendo diferentes alternativas de atendimento (BRASIL, 1996b).

É relevante salientar que existem crenças sobre a sexualidade das pessoas com deficiência, que são vistas de forma limitante e preconceituosa, levando a crer que essas pessoas não tem necessidades sexuais, e não crescem como

adultos. É extremamente comum encontrar uma repressão nesta temática, um certo desconforto da família. Apesar disso, é a família que deve estar preparada para discutir e instruir a sexualidade de seus filhos. Sendo questionado a respeito, percebe-se que este assunto entre o entrevistado e mãe é tratado de forma segura, nota-se que existe um diálogo a respeito, e que a mãe compreende a fase adulta que o filho se encontra.

Observa-se também que a sua segurança e liberdade de falar existe apenas com a mãe e com o “amigo imaginário”. Neste ponto ressalta-se o quanto a sociedade é excludente, e que a relação com amigos não é confortável ao ponto de tratar esse tipo de assunto. Sobre isso Assumpção Júnior e Kuczynski (2015, p. 300) afirma que: “O conhecimento existente sobre a saúde sexual em adolescentes e adultos com TEA é preliminar. Apesar disso, fica claro que a sexualidade e o funcionamento relacional é uma importante área do desenvolvimento para as pessoas com TEA na sociedade atual”.

Pode-se verificar, que apesar de estar inserido na Educação Superior, o aluno não participa dos pilares de uma Universidade. Para Moita e Andrade (2009) o tripé formado pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão constitui o eixo fundamental da Universidade brasileira e não pode ser compartimentado. Porém, talvez ela não participe, por não ter interesse pela área ou não ter tido a figura de um professor que incentivasse a participação.

CONCLUSÃO

Contemplando os objetivos da pesquisa constatou-se que apesar de grande incidência no Brasil de casos de pessoas com TEA, na Universidade pesquisada pode-se mapear apenas um aluno diagnosticado, e o processo de inclusão deste se apresentou ainda fragmentado, sendo um processo de inclusão que ao mesmo tempo torna-se excludente e fictício.

Nota-se também, ao realizar a entrevista com o sujeito, algumas características peculiares que se apresentam no transtorno do espectro autista, onde ao mesmo tempo em que tem um bom funcionamento intelectual, descreve o futuro de maneira que pareça algo irreal. Constata-se, que apesar de ter ingressado no Ensino Superior, e demonstrar bom nível intelectual, sua interação social é comprometida, visto que não consegue estabelecer um elo de amizade com ninguém, o que ocasionou na dificuldade em realizar a entrevista com algum amigo ou com colega que tivesse cursado alguma disciplina.

Percebe-se que a Universidade Federal do Maranhão – *campus* Cidade Universitária Dom Delgado, apesar de dizer ser inclusiva, e seguir a legislação, não se notam reais atitudes que fundamentem o discurso, prova disso foi a entrada do sujeito pesquisado na instituição, em que não se criaram mecanismos que fossem atrativos para sua permanência, levando a se pensar no quantitativo de alunos que conseguiram entrar na Universidade Pública e por falta de assistência das coordenações dos cursos, departamentos, professores, colegas desistiram do curso escolhido. O próprio índice de pessoas com deficiência na UFMA, por ser baixo, comprova isso.

Acredita-se que as inquietações desse trabalho trazem ao meio acadêmico aspectos reveladores, como o baixíssimo índice de alunos com deficiência frequentes na universidade e, como o acesso e permanência desses alunos têm sido fragilizados por questões atitudinais.

Para o desenvolvimento de estudos futuros, propõem-se algumas questões para reflexão: como a visão de outros professores sobre o ingresso e permanência do aluno com transtorno do espectro autista nos cursos de licenciatura; como será a jornada do aluno nos próximos anos em relação ao seu curso de graduação e profissionalização, por exemplo, qual área do jornalismo irá atuar, ou caso retorne para o curso de História, como ele se sentirá sendo professor.

REFERÊNCIAS

ASSUMPÇÃO JÚNIOR, Francisco Baptista; KUCZYNSKI, Evelyn. **Autismo infantil: novas tendências e perspectivas**. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 10 ago. 2016.

_____. Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto no 6.253, de 13 de novembro de 2007. Brasília, DF, 2008b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm>. Acesso em: 10 nov. 2016.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 3 jan. 2017.

_____. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm>. Acesso em: 15 dez. 2016.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, 2008a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192>. Acesso em: 10 set. 2016.

BUENO, José Geraldo Silveira. A inclusão de alunos deficientes nas classes comuns do ensino regular. **Temas sobre Desenvolvimento**, São Paulo, v. 9, n. 54, p. 21-27, 2001.

CHAHINI, Thelma Helena Costa. **Atitudes sociais e opiniões de professores e alunos da Universidade Federal do Maranhão em relação à inclusão de alunos com deficiência na educação superior**. 2010. 131 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

_____. **Os desafios do acesso e da permanência de pessoas com necessidades educacionais especiais nas instituições de educação superior de São Luís – MA**. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2005.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e inclusão: psicopedagogia práticas educativas na escola e na família**. 6. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.